



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.020792/2020-96

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro predial anual, sem franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário alocados nos prédios do Ministério da Educação - MEC, compreendendo os seguintes Edifícios: Sede; Anexos I, II; CETREMEC; Depósito SIA; Conselho Nacional de Educação; e Garagem/Arquivo, todos situados em Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR MÁXIMO A SER ACEITO PARA A CONTRATAÇÃO
1	Serviços de seguro predial, sem franquias, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário dos edifícios que compõem o Ministério da Educação - MEC.	1	R\$ 109.000,00

1.2. São partes integrantes deste Termo de Referência:

- 1.2.1. ENCARTE “A” - Modelo de Proposta;
- 1.2.2. ENCARTE “B” - Planilha das Coberturas do Seguro;
- 1.2.3. ENCARTE "C" - Declaração de Parentesco;
- 1.2.4. ENCARTE "D" - Declaração de Vistoria.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação para execução dos serviços em tela tem por amparo a seguinte legislação:

- 2.1.1. [Lei nº 8.666/1993](#), de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 2.1.2. [Lei nº 10.520/2002](#), de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- 2.1.3. [Lei nº 12.187/2009](#), de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.
- 2.1.4. [Lei nº 12.305/2010](#), de 02 de agosto de 2010; - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- 2.1.5. [Lei Federal nº 12.846/2013](#), de 1º de agosto de 2013; - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 2.1.6. [Lei Complementar nº 123/2006](#), de 14 de dezembro de 2006, alterada pela [Lei Complementar nº 147](#), de 7 de agosto de 2014; - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- 2.1.7. [Lei nº 8.078/1990](#), de 11 de setembro de 1990; - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- 2.1.8. [Decreto nº 10.193/2019](#), de 27 de dezembro de 2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços (...) no âmbito do Poder Executivo federal.

- 2.1.9. [Decreto nº 3.555/2000](#), de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 2.1.10. [Decreto nº 10.024/2019](#), de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- 2.1.11. [Decreto nº 8.538/2015](#), de 6 de outubro de 2015; - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- 2.1.12. [Decreto Nº 7.203/2010](#), de 4 de junho de 2010; - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
- 2.1.13. [Decreto n.º 3.722/2001](#), de 9 de janeiro de 2001; - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.1.14. [Decreto n.º 4.485/2002](#), de 25 de novembro de 2002; - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 2.1.15. [Decreto n.º 4.358/2002](#), de 5 de setembro de 2002; - Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- 2.1.16. [Decreto nº. 9.507/2018](#), de 21 de setembro de 2018; - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 2.1.17. [Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG](#), de 26 de maio de 2017; - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.1.18. [Instrução Normativa SLTI nº 73, de 05 de agosto de 2020](#); - Dispõe sobre os procedimentos administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.1.19. [IN nº 03/2018](#), - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 2.1.20. [Portaria nº 120 do Ministério da Educação, de 09 de março de 2016](#), publicada no DOU, em 10 de março de 2016; - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. A contratação tem como objetivo proteger o patrimônio do Ministério contra os possíveis riscos de sinistros, previstos neste Termo, assegurando os bens patrimoniais móveis e imóveis e garantindo a recomposição do erário.
- 3.2. Indubitavelmente os bens patrimoniais do MEC – imóveis e móveis, possuem valores significativos, dada a importância que representam para o cumprimento da missão institucional do órgão e por isso devem ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro.
- 3.3. O contrato ora vigente expira em **30/01/2021**, sendo necessária nova contratação dos serviços a fim de que se possa dar continuidade à cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.
- 3.4. Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no Decreto 10.024/2019, haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico.
- 3.5. A licitação adequada é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao parcelamento do objeto pretendendo ganho em escala.
- 3.6. O critério de julgamento será o de menor preço global, destacando que a opção mencionada não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, sendo necessário registrar, ainda, que a natureza dos serviços se ajusta a este critério de julgamento. Deve ser considerada, também, a economicidade gerada para a Administração, a dinamização do processo de execução e uniformização dos serviços, fiscalização e gestão do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.
- 3.7. Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.
- 3.8. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário é obrigatória, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis do Ministério da Educação, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros, causados por incêndio, raios e explosões de qualquer natureza.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

- 4.2. Incêndios e explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, que atinjam as edificações do Ministério da Educação - MEC;
- 4.3. Queda de raio dentro da área das edificações do Ministério da Educação - MEC que causem qualquer dano aos bens segurados, onde estiverem localizados;
- 4.4. Os edifícios a serem assegurados são os descritos abaixo, perfazendo a área total construída em aproximadamente **72.304,79 m²** (setenta e dois mil, trezentos e quatro metros quadrados, setenta e nove centésimos de metros quadrados):

a) Edifício Sede - Esplanada dos Ministérios Bloco “L” CEP: 70.050-000;

b) Edifícios Anexos I e II – Via N-2 – Esplanada dos Ministérios Bl. “L” - CEP: 70.047-900;

c) Edifício do Conselho Nacional de Educação – SGAS 607 Lote 50 - CEP: 70.200-670;

d) Edifícios da Garagem e do Arquivo – SGMN 01 Bloco “A” – CEP: 70.830-000;

e) Edifício do Cetremec - SGAS 604 Lote 28 Brasília-DF- CEP: 70.200-640;

f) Depósito – SIA Trecho 3 Lote 1210.

5. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 5.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017.
- 5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
6. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, dever ser considerados os seguintes requisitos:
- 6.2. Apresentação de Registro ou Inscrição do fornecedor na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que é o órgão do governo brasileiro responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização, etc.
- 6.3. O fornecedor deverá garantir a cobertura de seguro predial de todos os edifícios do Ministério da Educação, conforme previsto no objeto do presente Termo.
- 6.4. Os serviços deverão ser executados em estrita observância das Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, e recomendações do próprio Ministério.

6.5. A empresa deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Termo de Referência

6.6. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 6.6.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

6.6.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 6.6.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 6.6.3. O licitante disponibilizará, quando solicitado pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7. **DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. A seleção do fornecedor consistirá na escolha daquele que oferecer o menor preço global, considerada como a proposta mais vantajosa. As propostas serão encaminhadas ao pregoeiro para a avaliação quanto a exequibilidade, prevista na Lei nº 8.666/93.

8. **DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

8.1.1. Incêndios e explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, que atinjam as edificações do Ministério da Educação - MEC;

8.1.2. Queda de raio dentro da área das edificações do Ministério da Educação - MEC que causem qualquer dano aos bens segurados, onde estiverem localizados;

9.
- DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
- 9.1.
- A área total construída dos prédios do Ministério da Educação é de aproximadamente **72.304,79 m²** (setenta e dois mil, trezentos e quatro metros quadrados, setenta e nove centésimos de metros quadrados).
- 9.2.
- A planilha contendo os quantitativos estimados das áreas das edificações, dos móveis, da telefonia e dos componentes eletrônicos está no **Anexo I**:

ANEXO I

1.1 – EDIFÍCIO-SEDE								
Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m²)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	SUBSOLO I – ENTRADA SOCIAL	196,97	813.297,99	105.856,43	26.473,98	43.030,09	-	988.658,49
	Subestação de energia elétrica pertencente a CEB com 02 transformadores de 1.000 KVA de 13.200/380/220 Volts; poço de elevadores sociais marca <i>Thyssenkrupp</i> ; subestação de energia elétrica pertencente ao MEC com capacidade para 3.000 KVA 380/220 Volts; quadros de comando; motor gerador a diesel com capacidade de 630 KVA; 2 <i>no-breaks</i> de 300 KVA; estabilizador de voltagem de 150 KVA e quadros gerais de distribuição de energia.							
2	SUBSOLO II – RESTAURANTE	2.395,95	9.646.985,28	202.168,80	31.552,96	250.764,79	35.040,62	10.166.512,45
	Sala DTI; restaurante /lanchonete; cozinha; dispensa; câmara frigorífica; vestiários; áreas administrativas de apoio e sanitários.							
3	TÉRREO	1.866,17	7.513.617,56	262.042,00	32.838,30	539.807,87	-	8.348.305,73
	Portaria principal; auditório; protocolo geral; quadro geral dos elevadores; copa e sanitários.							
4	SOBRELOJA (1º andar)	1.866,17	7.513.617,56	310.874,04	142.788,69	269.752,25	-	8.237.032,54
	Gabinete e escritórios da SERES; corredores; copa e sanitários.							
5	SEGUNDO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	685.215,13	105.081,61	209.793,52	-	8.513.707,82
	Gabinete e escritórios da SECADI; corredores; copa e sanitários.							
6	TERCEIRO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	423.290,32	131.583,03	252.584,72	-	8.321.075,63
	Gabinete e escritórios da SESU; corredores; copa e sanitários.							
7	QUARTO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	530.028,43	113.587,11	245.943,47	-	8.403.176,57
	Gabinete e escritórios da SETEC; corredores; copa e sanitários.							
8	QUINTO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	597.296,64	78.302,94	211.879,32	-	8.401.096,46
	Gabinete e escritórios da SEB; corredores; copa e sanitários.							
9	SEXTO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	292.991,22	94.552,18	255.130,55	-	8.156.291,51
	Gabinete e escritórios da SASE; escritórios da SEA; corredores; copa e sanitários.							
10	SÉTIMO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	818.660,78	69.312,88	397.821,78	-	8.799.413,00
	Gabinete e escritórios da Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta e da Consultoria Jurídica; corredores; copa e sanitários.							
11	OITAVO ANDAR	1.866,17	7.513.617,56	1.765.571,75	77.092,30	320.296,28	-	9.676.577,89
	Gabinete do Ministro; escritórios de apoio ao Gabinete; corredores; copa e sanitários.							
12	NONO ANDAR	1.866,17	7.053.054,19	838.144,58	84.635,08	202.130,41	-	8.177.964,26
	Escritórios do Gabinete do Ministro; Assessoria de Comunicação Social; salas de videoconferência; Sala de Atos, salas de jornalismo; casa de máquinas dos elevadores; duas centrais de ar condicionado do tipo “splitão”; corredores; copa e sanitários.							
13	COBERTURA	1.866,17	-	-	-	1.789.043,55	-	1.789.043,55
	Caixas d’água; balancim automático p/ limpeza de fachadas; luz piloto; para-raios; antena de TV; antena parabólica; torre de refrigeração da central de ar condicionado do 8º andar e condensadores remoto de splits; telhado de fibrocimento e lajes impermeabilizadas.							
14	RESERVATÓRIO SUBTERRÂNEO DE GLP	-	-	-	-	117.254,12	31.629,58	148.883,70
	Tanque fixo e apropriado para atendimento da restaurante do MEC (subsolo do Edifício Sede).							
TOTAL		23.120,79	85.135.895,50	6.832.140,12	987.801,06	5.105.232,72	66.670,20	98.127.739,60

Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m²)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	SUBSOLO	6.805,95	22.923.737,31	4.183.929,46	756.504,62	938.589,78	1.218.183,34	30.020.944,51
	Escritórios com oficina de encadernação e tipografia para uso exclusivo do segurado; almoxarifados do MEC com depósito de material; reprografia com máquinas <i>off-set</i> e copiadoras; escritórios de manutenção predial; depósitos diversos; sala master de telecomunicações (CPD); auditório; depósito/laboratório (DTI); salas de aula (PEB); sala da bateria de CO ₂ com 57 cilindros; central de ar condicionado; subestação da CEB; quadros gerais de distribuição de energia elétrica; grupo gerador a diesel; conjuntos <i>no-breaks</i> ; sanitários; corredores; auditório refrigerado p/150 lugares.							
2	TÉRREO	4.341,50	15.681.113,96	1.049.121,68	175.357,78	325.152,34	-	17.230.745,76
	Portaria geral dos Anexos I e II; postos de serviços bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, CAMS; central telefônica; Central 0800 Fala Brasil; escritórios e salas de aula do CETREMEC; Coordenação-Geral de Informática; corredores; copa e sanitários.							
3	PRIMEIRO ANDAR	4.341,50	15.681.113,96	56.598.545,28	246.651,29	491.165,96	-	73.017.476,49
	Gabinete e escritórios da SPO; Sala Cofre da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI); copa; sanitários; corredores e interligação entre os Anexos I e II.							
4	SEGUNDO ANDAR	4.341,50	15.681.113,96	775.598,22	96.722,74	338.475,78	-	16.891.910,70
	Gabinete e escritórios da CGRL; escritórios administrativos da SETEC; atendimento da CTIS; Divisão de Patrimônio; escritórios da SEED; agência de turismo; copa; sanitários; corredores e interligação entre os Anexos I e II.							
5	TERCEIRO ANDAR	4.341,50	15.681.113,96	1.387.842,43	254.015,96	509.963,07	-	17.832.935,42
	Escritórios da Subsecretaria de Assuntos Administrativos; Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; Comissão Permanente de Licitação; Coordenação de Contratos e Compras; agência de turismo; Coordenação de Documentação e Informação; Secretaria do Ensino Superior; túnel de ligação entre os edifícios Anexos e o edifício Sede; copa; sanitários; corredores e interligação entre os Anexos I e II.							
6	QUARTO ANDAR	4.341,50	15.681.113,96	789.869,51	209.627,73	370.342,43	-	17.050.953,63
	Escritórios administrativos da SECADI e da SESU; copa; sanitários; corredores e interligação entre os Anexos I e II.							
7	COBERTURA	4.341,50	-	-	-	-	-	142.247,61
	Caixas d'água; refletores de iluminação; luz – piloto; para-raios; antena parabólica; antena de TV; condensadores dos self containeds e dos splits de ar condicionado; laje totalmente impermeabilizada; bombas de pressurização de hidrantes; barriletes de água potável e de incêndio.							
8	TÚNEL	554,87	3.008.476,98	-	-	-	-	3.008.476,98
	Prédio de construção superior, um pavimento; túnel de comunicação entre os edifícios Anexos e o edifício Sede com instalações eletroeletrônicas.							
TOTAL		33.409,82	104.337.784,09	64.784.906,58	1.738.880,12	2.973.689,36	1.218.183,34	157.362.755,68

*Nas dependências das agências do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal o seguro contempla apenas a Edificação.

1.3- CNE								
Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m²)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	SUBSOLO	1.899,90	6.941.284,61	423.116,47	3.810,19	88.390,66	-	7.456.601,93
	Salas de Diretores das Instituições do Ensino Superior Federal – CODESF; produção da revista Documento; central de ar condicionado com resfriador de líquido tipo <i>koldex trane</i> ; dois <i>fan-coils</i> ; central do sistema de combate a incêndios; gerador de energia elétrica de emergência; arquivo geral; casa de máquinas dos elevadores; reprografia; copa e garagem; palco, mesa de reunião, cadeiras e equipamentos de sistema audiovisual (gravadores, amplificadores, CD <i>players</i> , videocassete, equalizador, sintonizador, microfones, etc.) do auditório do CNE; instalações elétricas normal e estabilizada por meio de 04 (quatro) aparelhos da Schneider Electric de fonte ininterrupta de alimentação (Nobreak) de 20 kVA Senoidal Trifásico com tensão de entrada/saída de 380 V com Topologia Dupla Conversão (<i>On Line</i>).							
2	TÉRREO	1.942,05	7.144.908,39	84.898,16	6.269,27	67.684,15	-	7.303.759,97
	Portaria geral; recepção e protocolo; três <i>fan-coils</i> ; escritórios administrativos do Conselho Nacional de Educação; copa; corredores e sanitários; 200							

	poltronas estofadas e sistema de audiovisual (gravadores, amplificadores, CD <i>players</i> , videocassete, equalizador, sintonizador, microfones, etc.) do auditório do CNE.							
3	PRIMEIRO ANDAR	1.198,21	4.332.600,72	250.600,64	13.974,24	98.031,60	-	4.695.207,20
	Escritórios administrativos do Conselho Nacional de Educação; três <i>fan-coils</i> ; copa; corredores e sanitários.							
4	SEGUNDO ANDAR	1.155,82	4.179.322,96	53.364,49	8.267,68	49.776,72	-	4.290.731,85
	Escritórios administrativos do Conselho Nacional de Educação; três <i>fan-coils</i> ; copa; corredores e sanitários.							
TOTAL		6.195,98	22.598.116,68	811.979,76	32.321,38	303.883,13	-	23.746.300,95

1.4- GARAGEM E ARQUIVO DO MEC								
Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m2)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	TÉRREO BLOCO A	233,35	465.163,88		12.351,78	542.328,94	-	1.020.024,60
	01 pavimento c/ escritórios da administração geral da garagem; manutenção de automóveis; copa; dormitórios; sala de motoristas e sanitários.							
2	TÉRREO BLOCO B	532,32	1.794.507,56	-	-	186.476,42	-	1.980.983,98
	01 pavimento c/ mezanino; ar condicionado; depósito e arquivo.							
3	TÉRREO BLOCO C	908,13	1.801.108,10	-	-	1.589.005,18	-	3.390.113,28
	01 pavimento com 02 compressores; 03 bombas marca <i>Waine</i> ; 02 elevadores de carga; 04 boxes de lavagem/ lubrificação de automóveis; borracharia; garagem p/ 37 veículos do MEC.							
4	BLOCO D/SUBSOLO – DEPÓSITO	2.761,56	5.478.151,45	263.506,35	42.364,68	5.218.124,58	-	11.002.147,06
	Depósitos de publicações da SEF; arquivos fixos e deslizantes; depósitos; subestação e sanitários.							
5	BLOCO D/TÉRREO – ARQUIVO GERAL	1.219,32	2.418.887,19	159.256,08	5.767,92	2.649.220,62	-	5.233.131,81
	Local de guarda de documentos; arquivo geral.							
6	BLOCO E – POSTO DE ABASTECIMENTO	198,46	395.613,61	-	-	-	-	395.613,61
	Prédio de construção sólida apenas c/ cobertura, em 01 pavimento, com posto de combustível de uso privativo do MEC, com 07 bombas, sendo 2 de álcool, 04 de gasolina e 01 de óleo diesel, reservatório elevado de água, casa de bombas de pressurização da rede de hidrantes. Obs: Os tanques de combustíveis foram esvaziados.							
7	SETE TANQUES SUBTERRÂNEOS DE INFLAMÁVEIS providos de bomba, sendo 02 de álcool (p/ 10.000 litros cada), 01 de diesel (p/ 15.000 litros), 02 de gasolina (p/ 15.000 litros cada) e 02 de gasolina (p/ 10.000 litros cada). Capacidade total de armazenagem de 85.000 litros de combustíveis.	-	-	-	-	391.035,41	291.488,40	682.523,81
	PARA-RAIOS instalados sobre os prédios, para proteção de toda a área contra descargas atmosféricas.							
8	PARA-RAIOS instalados sobre os prédios, para proteção de toda a área contra descargas atmosféricas.	-	-	-	-	37.295,28	-	37.295,28
TOTAL		5.853,14	12.353.431,79	422.762,43	48.132,60	10.613.486,43	291.488,40	23.741.833,43

1.5- CETREMEC								
Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m2)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	TÉRREO/Bloco A	783,30	2.635.987,41	-	-	-	-	2.635.987,41
2	TÉRREO/Bloco B	357,20	1.291.734,24	-	-	-	-	1.291.734,24
3	TÉRREO/Bloco C Obs: edificação desativada.	756,00	2.531.100,89	-	-	-	-	2.531.100,89
TOTAL		1.896,50	6.458.822,54					6.458.822,54

1.6- DEPÓSITO								
Nº	Ocupação/Discriminação	Área (m2)	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raios - Importâncias a serem seguradas (R\$)					
			Edificação	Informática	Telefonia	Mobiliário/ Utensílios/ Equipamentos	Suprimento	Total Segurado
1	TÉRREO	970,66	1.033.768,19	-	-	-	-	1.033.768,19
	Recepção; 4 áreas de depósito de publicações e material didático; sala de segurança c/ banheiro; copa; banheiros feminino e masculino; depósito de equipamentos eletrônicos.							
2	PRIMEIRO PAVIMENTO	857,90	913.677,01	-	-	-	-	913.677,01
	Banheiros e depósito.							
TOTAL		1.828,56	1.947.445,20					1.947.445,20

9.3. As informações a seguir descrevem características dos prédios e no Encarte "B" encontram-se os detalhamentos das edificações e seus bens:

9.3.1. **EDIFÍCIO SEDE:** Prédio de construção sólida, com dez pavimentos e parte em subsolo, interligando-se na altura do segundo andar com os Edifícios Anexos. Área aproximada de **23.120,79 m²** (vinte e três mil, cento e vinte metros quadrados, setenta e nove centésimos de metros quadrados), incluindo a cobertura. Duas escadas externas de emergência com 35 metros de altura, cada. Dispõe de oito elevadores da marca *ThyssenKrupp*, sendo seis sociais, um privativo e um de serviço, com as respectivas casas de máquinas; um elevador da marca *INFOLEV*, de uso preferencial para pessoas portadoras de deficiência; sistema central de ar condicionado e sistemas de condicionamentos de ar.

9.3.2. **Edifício e Anexos I e II:** Prédio de construção sólida, com seis pavimentos, interligando-se na altura do terceiro andar com o Edifício Sede. Área aproximada de **33.409,82 m²** (trinta e três mil, quatrocentos e nove metros quadrados, oitenta e dois centésimos de metros quadrados), incluindo as coberturas e o túnel. Dispõe de seis elevadores marca *ThyssenKrupp*, sendo um de serviço, e cinco sociais, de atendimento ao público, com as respectivas casas de máquinas; de sistema central de ar condicionado, sistema de condicionamentos localizados dos tipos *self-contained*s e *splits*.

9.3.3. **Edifício do Conselho Nacional de Educação – CNE:** Prédio de construção sólida, em concreto armado, com quatro pavimentos, sendo um subsolo, pavimento térreo, 1º e 2º pavimentos, com área aproximada de **6.195,98 m²** (seis mil, cento e noventa e cinco metros quadrados, noventa e oito centésimos de metros quadrados). É atendido por três elevadores marca *ThyssenKrupp*, sendo um de serviço e dois sociais, com as respectivas casas de máquinas; sistema central de ar condicionado, sistema de condicionamentos localizados - *self- contained*s e *splits*; instalações elétricas normal e estabilizada por meio de 04 (quatro) aparelhos da Schneider Electric de fonte ininterrupta de alimentação (Nobreak) de 20 kVA Senoidal Trifásico com tensão de entrada/saída de 380 V com Topologia Dupla Conversão (*On Line*).

9.3.4. **Edifícios da Garagem e Arquivo Central do MEC:** Conjunto de prédios, de construção sólida, constituído de quatro blocos e um posto de abastecimento de combustível, com área aproximada de **5.853,14 m²** (cinco mil, oitocentos e cinquenta e três metros quadrados, quatorze centésimos de metros quadrados), com sistema de ar condicionado localizado e parcial, distribuídos em pontos específicos dos prédios.

9.3.5. **EDIFÍCIOS CENTRO DE TREINAMENTO DO MEC – CETREMEC:** Conjunto de prédios de um pavimento, constituído de três blocos, com área aproximada de **1.896,50 m²** (um mil, oitocentos e noventa e seis metros quadrados, cinquenta centésimos de metros quadrados).

9.3.6. **DEPÓSITO DO MEC NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – SIA:** Prédio de dois pavimentos, de construção sólida, com área aproximada de **1.828,56 m²** (um mil, oitocentos e vinte e oito metros quadrados, cinquenta e seis centésimos de metros quadrados); estrutura em concreto com fechamentos em alvenaria; frente em estrutura de ferro com quadros de vidros em toda a fachada; cobertura com telhas de amianto.

10. **DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30 horas às 17h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2022-7335 / 2022-9949, podendo sua realização ser comprovada por:

10.1.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria nas edificações a serem cobertas, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo III do Edital;

10.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

10.1.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado;

10.1.4. Não serão aceitas reclamações posteriores quanto ao desconhecimento de quaisquer particularidades que afetem, direta ou indiretamente, a perfeita execução dos trabalhos.

11. **DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1. A prestação de serviços de seguro predial, sem franquia, contra incêndio, explosão e queda de raios, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário do Ministério da Educação - MEC deverão ser executados em conformidade com o descrito neste Termo de Referência e com a devida entrega da Apólice de Seguro no prazo determinado no subitem 20.1.

12. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 12.1. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário ora pretendida deverá assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis do Ministério da Educação, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros, causados por incêndio, raios e explosões de qualquer natureza.
- 12.2. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos a seguir descritos, para o patrimônio mobiliário e imobiliário do MEC:
- 12.2.1. Incêndios e explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, que atinjam as edificações do Ministério da Educação;
- 12.2.2. Queda de raio que causem qualquer dano aos bens segurados, onde estiverem localizados.
13. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 13.1. Os atores que participarão da gestão do contrato, na forma definida neste Termo de Referência, serão os seguintes:
- 13.1.1. Gestor do contrato;
- 13.1.2. Fiscal Técnico;
- 13.2. A atuação da gestão contratual está definida no Item 16 deste Termo de Referência.
- 13.3. O mecanismo de comunicação entre a Ministério da Educação e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, por meio de registro documental (ofícios), admitindo-se o encaminhamento destes via correio eletrônico ou qualquer outra forma que comprove o recebimento da mensagem encaminhada.
14. **DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 14.1. A vigência da Apólice (cobertura) de seguro será de 12 (doze) meses, a contar do dia da sua emissão.
15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor indicado pela Administração.
- 15.3. Efetuar o pagamento na forma e nos prazos convencionados neste Termo de Referência.
- 15.4. Tomar todas as providências para proteger o bem sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos.
- 15.5. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário.
- 15.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 15.7. Comunicar à licitante vencedora as eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços para adoção das providências saneadoras.
- 15.8. Registrar, em caso de sinistro, o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência Policial, quando o caso assim requerer.
- 15.9. Dar imediato Aviso de Sinistro à Contratada, pelo meio rápido de que dispuser, entregando-lhe relatório completo e minucioso dos fatos, mencionando dia, hora, local exato e circunstâncias do sinistro, nome e endereço completo das testemunhas, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo que possa contribuir para esclarecimentos a respeito da ocorrência.
- 15.10. Fornecer à Seguradora e facilitar o seu acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro, bem como os documentos necessários à apuração dos prejuízos e determinação da indenização;
- 15.11. Facilitar a realização de inspeções nos bens segurados durante a vigência da Apólice, pela Seguradora, bem como fornecer documentos e esclarecimentos que se fizerem necessários;
- 15.12. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.
- 15.13. Manter atualizados os registros pertinentes ao controle patrimonial de seus bens, mantendo-os disponíveis para verificação da Contratada;
- 15.14. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 15.15. Verificar a manutenção das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 16.1. Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da presente contratação, tendo em conta que o valor por grupo proposto é líquido e certo, não comportando acréscimos ou reajustes.
- 16.2. Informar à Contratante, antes do início da vigência do seguro, os impedimentos à formalização do seguro, justificando-os e comprovando-os.
- 16.3. Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.
- 16.4. Garantir a plena cobertura do imóvel e bens segurados até o limite de valor declarado pela Contratante, a partir da data de assinatura do contrato.

- 16.5.
- Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade que observar na execução do contrato.
- 16.6.
- Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendências de Seguros Privados.
- 16.7.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 16.8.
- Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no Edital e Termo de Referência;
- 16.9.
- Designar preposto, aceito pelo MEC, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- 16.10.
- Executar os serviços de seguros do patrimônio móvel e imóvel de forma a garantir sempre o máximo de resultados e provocar o mínimo de transtorno para o MEC, quando forem acionados pelo Ministério.
- 16.11.
- Indenizar eventuais sinistros em até a 30 (trinta) dias a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade.
- 16.12.
- Os bens deverão estar segurados contra os riscos previstos neste Termo de Referência, desde a data da assinatura do contrato, ainda que não emitida a apólice de seguro.
- 16.13.
- Responder pelos danos causados diretamente ao Ministério da Educação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo MEC.
- 16.14.
- Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados.
- 16.15.
- Prestar todas as informações solicitadas pelo MEC de forma clara, concisa e lógica.
- 16.16.
- Poderá prestar assessoramento técnico a respeito dos serviços com orientação, sugestões e/ou instruções e que serão analisados pelo MEC, visando sempre ao aprimoramento ou à qualidade dos serviços, inclusive para prevenir sinistros, sem, contudo, obter vantagens financeiras dessas situações.
- 16.17.
- Apresentar a apólice de seguro, no prazo estipulado no subitem 21.1.
- 16.18.
- São expressamente vedadas à licitante vencedora:

- a) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do MEC durante a vigência do contrato a ser celebrado;
- b) a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º, do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
- c) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do MEC;

- 16.19.
- Observar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

17.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1.
- A Contratada não poderá subcontratar, no todo ou em parte, os serviços de seguro predial, objeto deste Termo de Referência.

18.

DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 18.1.
- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 19.1.
- O cumprimento das obrigações constantes da apólice de seguros será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo fiscal técnico do contrato, servidor a ser designado por meio de Portaria para representar a Contratante. Este anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e na hipótese de sinistros, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- 19.2.
- A licitante vencedora deverá indicar preposto, aceito pela Administração a Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que se fizer necessário.
- 19.3.
- A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 19.4.
- Além do acompanhamento e da fiscalização do contrato, o fiscal poderá, ainda, sustar qualquer serviço que, por ocasião de sinistro, esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

20.

DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 20.1.
- Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato a partir da entrega da apólice para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo, na proposta e na Apólice, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante atesto da Nota Fiscal.
- 20.2.
- A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a execução do serviço e demais itens pertinentes em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 20.3.
- A apólice de seguro de bens móveis e imóveis adotada pela Contratada deverá conter, impreterivelmente, que o prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros não seja superior a 30 (trinta) dias.

- 20.4. A Contratada deverá fornecer informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens móveis e imóveis objeto deste Termo de Referência.
- 20.5. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processada pela Contratada mediante Endosso.
- 20.6. A licitante vencedora fica obrigada a efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho. Caso não seja expedida dentro do prazo estipulado, a adjudicação será cancelada, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) licitante(s) que:

- 21.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 21.1.5. Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- 21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.7. Fizer declaração falsa;
- 21.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 21.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 21.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
- 21.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:
 - 21.5.1. Advertência.
 - 21.5.2. Multa de:
 - a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
 - e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
 - f) Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
 - g) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

h) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

i) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

21.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, não superior a dois anos.

21.6. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

21.7. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante ao art. 7º da Portaria MEC 120/2016, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II – mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;

III – mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

21.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

21.9. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

21.10. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-as do pagamento a ser efetuado.

21.11. Nos casos de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

21.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.13. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

21.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DO CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

22.1. A estimativa de preços e o valor máximo que o MEC se propõe a pagar para os serviços a serem contratados é de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), anuais, conforme estimativa apurada na pesquisa de mercado.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, a cargo do Ministério da Educação, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas serão contemplados no exercício orçamentário de 2021.

24. DO PAGAMENTO

24.1. Os **critérios para pagamento** serão nos seguintes termos:

24.1.1. A Nota Fiscal deverá ser paga conforme descrito no Item 21.1 deste Termo de Referência;

24.1.2. O pagamento será efetuado, em única parcela, por meio de ordem Bancária, a ser creditada na conta da Contratada, após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN 05/2017;

24.1.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

- 24.1.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 24.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 24.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 24.1.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 24.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 24.1.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF;
- 24.1.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber;
- 24.1.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 24.1.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

25. **DA GARANTIA CONTRATUAL**
- 25.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2,5 % (dois e meio por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 25.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 25.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 25.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 25.3. O MEC utilizará a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:
- 25.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 25.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 25.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada.
- 25.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos acima indicados, observada a legislação que rege a matéria.
- 25.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 25.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 25.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

- 25.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 25.9. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 25.10. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017, onde a contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

26. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 26.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 26.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
- 26.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta on-line ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 26.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 26.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 26.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

27. DO REAJUSTE

- 27.1. Durante a vigência do contrato os valores pactuados serão fixos e irrevogáveis.

28. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR À PROPOSTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 28.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário e o total anual do serviço, em algarismo e por extenso (total), prevalecendo este último em caso de divergência, expresso em moeda corrente nacional, considerando as quantidades e especificações constantes deste Termo.
- 28.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, materiais, bens, taxas, fretes, tributos e quaisquer outras que incidam direta e indiretamente na execução do objeto.
- 28.3. Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.
- 28.4. A licitação será pelo critério de julgamento de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
- 28.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital do Pregão Eletrônico.
- 28.6. As propostas deverão conter: razão social, endereço completo, telefone/fax, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ/MF, nome do banco, código da agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
- 28.7. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo Edital.
- 28.8. Poderá, a critério da administração, ocorrer diligências para verificação das informações apresentadas na proposta. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
- 29.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cgga@mec.gov.br, subsidiado pela área técnica.
- 29.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Acesso à informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 29.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 29.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
- 29.6. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.

José Osvaldo de Araújo, Siape 39755 – Integrante Requisitante/Técnico;
Jaime Batista Belém – Siape 50407 – Integrante Técnico;
Ellen Elizabeth Almeida Ribeiro – Siape 2219702 – Integrante Técnico; e
Hélio Barbosa da Silva, Siape nº 0040460 – Integrante Administrativo.

29.7. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

LUIZ MARQUES DE LIMA
Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Batista Belem, Chefe de Serviço**, em 12/02/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Osvaldo de Araujo, Servidor(a)**, em 12/02/2021, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Barbosa da Silva, Chefe de Serviço**, em 14/02/2021, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Elizabeth Almeida Ribeiro, Servidor(a)**, em 19/02/2021, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Marques de Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 19/02/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2493433** e o código CRC **E8A5CE09**.